

Transporte é desafio para Região Metropolitana

Foto de Gildo Loyola

Cristina Davila



A Grande Vitória é a nona Região Metropolitana a ser criada no país; seu caráter é municipalista e sua grande bandeira é dar certo em meio a experiências fracassadas

O transporte coletivo aparece como um desafio a ser enfrentado pela Região Metropolitana da Grande Vitória, na agenda de prioridades eleita pela maioria dos prefeitos da área e do Governo do Estado. Quinta-feira, às 10 horas, no Palácio Anchieta, o governador Vitor Buaiiz promove a primeira reunião com os cinco prefeitos, e poderá surpreendê-los porque ele quer alterar a lei que criou a Região, antes de instalá-la de fato. "A disputa política acabou refletindo na lei. Os prefeitos temiam perder a autonomia dos municípios e o poder de influência do Estado foi esvaziado".

A Grande Vitória é a nona região metropolitana a ser criada no país e a sua principal bandeira é dar certo num mar de experiências fracassadas no restante do país. O Instituto Jones dos Santos Neves define esta Região como o anverso das demais, destacando sua característica municipalista. O setor imobiliário aponta a Serra como um mercado promissor para a moradia da classe média daqui a três anos.

Vitor vê imperfeições na lei

O governador adiantou, na última quinta-feira, que não pretende instalar a Região Metropolitana neste primeiro encontro, após sua criação legal. "Será um encontro preparatório", disse. Ele alegou que a legislação, sancionada por ele, "emperrará" o funcionamento da própria Região, razão pela qual vê a necessidade de mudanças. Antes, quer consultar os prefeitos.

Uma avaliação do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) foi que alertou Vitor sobre as supostas imperfeições da lei, após a sua sanção. O curioso é que o IJSN participou da preparação do texto da lei, enviada à Assembléia Legislativa, no ano passado, embora o trecho do texto que previa a atuação do Instituto como órgão técnico te-

estrutura de funcionamento da Região, formada pelos cinco prefeitos e o governador, é alvo de críticas por parte de Vitor. "Há uma questão política de fundo, porque o Conselho Metropolitano não é paritário e nem envolve a participação dos representantes das câmaras municipais e do Movimento Popular. Há um desequilíbrio na tomada de decisões desse Conselho, porque as decisões serão tomadas por unanimidade", reclamou Vitor.

Além disso, Vitor disse que a lei não prevê que o governador possa ser o coordenador do Conselho Metropolitano, mas apenas os municípios. Pela lei, o secretário-executivo do Conselho será do município cujo prefeito for eleito como coordenador do colegiado, pelo período

As prioridades

VITÓRIA

Programa de atendimento à criança e ao adolescente e a duplicação da Rodovia do Contorno, que liga Cariacica à Serra.

SERRA

Integração do sistema de ônibus de Vitória ao Transcol para a redução do valor da tarifa para o passageiro que se desloca dentro de um mesmo município; ações na área da saúde, como melhorias no Hospital Dório Silva, abertura total do Hospital da Polícia Militar à população e inauguração do Hospital Infantil de Vila Velha e do construído em Cariacica. Criação de uma central de ambulância e municipalização dos serviços

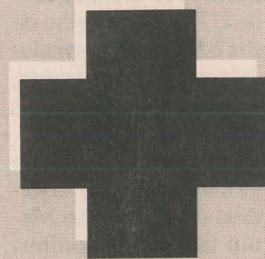
VILA VELHA

Planejamento do uso e ocupação do solo; integração das linhas municipais de ônibus ao Transcol e participação dos municípios na gestão do serviço de transporte; ações na área ambiental, como a despoluição da baía; o combate à raiva canina; política comum voltada às populações de rua e área da segurança pública.

GOV. DO ESTADO

Transporte coletivo e área da saúde.

Editoria de Arte/ Amarildo



Como vai funcionar

■ O Conselho Metropolitano da Grande Vitória é a instância decisória da Região Metropolitana, composto pelo governador do Estado e prefeitos dos cinco municípios.

■ Os membros do conselho elegerão entre si um coordenador para o período de dois anos, sendo vedada a reeleição.

■ A Secretaria Executiva do conselho será exercida pela Secretaria de Planejamento ou da Administração do mesmo município do coordenador a ser eleito.

■ As decisões do conselho serão tomadas por todos os seus membros, sob a forma de resolução, assegurado a cada um o direito de voto.

■ A atividade dos conselheiros será exercida sem remuneração.

■ O Comitê de Planejamento Metropolitano da Grande Vitória assessorará o Conselho Metropolitano. Ele será composto pelo secre-

Jones dos Santos Neves (IJSN) foi que alertou Vitor sobre as supostas imperfeições da lei, após a sua sanção. O curioso é que o IJSN participou da preparação do texto da lei, enviada à Assembléia Legislativa, no ano passado, embora o trecho do texto que previa a atuação do Instituto como órgão técnico tenha sido retirado pelo então governador Albuíno Azeredo.

O governador chegou à conclusão de que a estrutura de funcionamento da Região é "burocrática, ambígua e pouco democrática". Ele declarou que o poder de influência do Governo ficou esvaziado e o movimento popular ficou aliado das decisões.

A composição do Conselho Metropolitano da Grande Vitória, colegiado todo poderoso da

região, foram chamadas por uma

Além disso, Vitor disse que a lei não prevê que o governador possa ser o coordenador do Conselho Metropolitano, mas apenas os municípios. Pela lei, o secretário-executivo do Conselho será do município cujo prefeito for eleito como coordenador do colegiado, pelo período de dois anos. Com isto, a Secretaria de Estado de Planejamento Estratégico (Seplae) nunca poderia assumir a Secretaria Executiva.

No encontro, Vitor quer aproveitar para definir a pauta de temas que vai exigir a ação comum das prefeituras e do Estado, mesmo antes da instalação da Região. Além da integração das prefeituras ao Transcol, a saúde é uma prioridade levantada pelo governador.

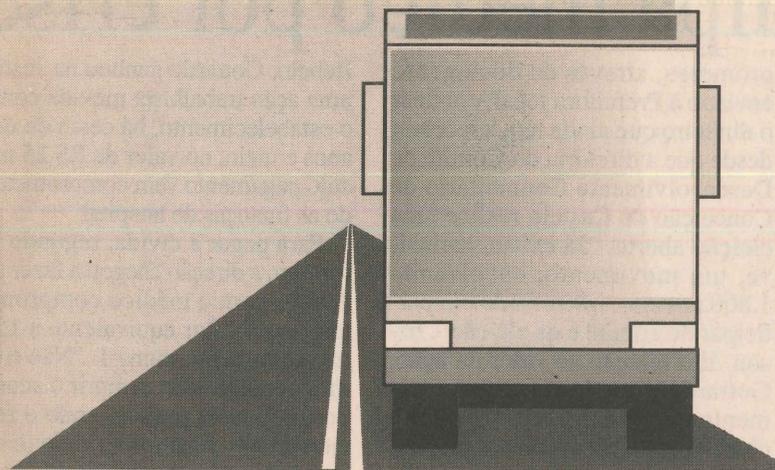
para a redução do valor da tarifa para o passageiro que se desloca dentro de um mesmo município; ações na área da saúde, como melhorias no Hospital Dório Silva, abertura total do Hospital da Polícia Militar à população e inauguração do Hospital Infantil de Vila Velha e do construído em Cariacica. Criação de uma central de ambulância e municipalização dos serviços de água e esgoto

VIANA

Integração do município às linhas de ônibus do Transcol; ações nas áreas da saúde, educação, telefonia e abastecimento de água.

GOV. DO ESTADO

Transporte coletivo e área da saúde.



instrução do mesmo município do coordenador a ser eleito.

■ As decisões do conselho serão tomadas por todos os seus membros, sob a forma de resolução, assegurado a cada um o direito de voto.

■ A atividade dos conselheiros será exercida sem remuneração.

■ O Comitê de Planejamento Metropolitano da Grande Vitória assessorará o Conselho Metropolitano. Ele será composto pelo secretário de Estado das Ações Estratégicas e Planejamento (Seplae), pelos secretários municipais de Planejamento ou representantes indicados pelos prefeitos, um representante da Assembléia Legislativa, um da Câmara de Vereadores de cada município da região e um do movimento popular do Estado.

■ As atribuições e competência do comitê serão definidas no seu regimento interno. Está prevista a formação de câmaras técnicas metropolitanas nesse comitê.

Prefeitos crêem na consolidação

A maioria dos prefeitos da Grande Vitória é otimista quanto ao funcionamento da Região Metropolitana. Paulo Hartung, de Vitória, e João Batista da Motta, da Serra, têm a expectativa de que este ano será decisivo para consolidar a Região, tendo em vista que a proximidade da eleição dos novos prefeitos no próximo ano pode tumultuar o processo. Vasco Alves, de Vila Velha, também está otimista, mas vê falta de vontade política de "alguns setores". Nonô Lube, de Viana, pensa que só falta o governador Vitor Buai convocar a reunião com os prefeitos. Aloísio Santos, prefeito de Cariacica, não quis falar sobre o assunto com a imprensa.

Os quatro prefeitos entrevistados já elegeram os temas de interesse dos municípios (veja tabela). O transporte coletivo e a saúde são questões comuns citadas pela maioria dos prefeitos, coincidindo com a proposta que o Governo do Estado priorizou.

Vitória, porém, elegeu o pro-

grama de atendimento à criança e ao adolescente. A duplicação da Rodovia do Contorno, que liga Cariacica e Serra, foi sugerida pelo prefeito da Capital como o primeiro desafio, que deverá unir os prefeitos e o governador na relação com o Governo federal.

Solidariedade

Paulo Hartung tem a expectativa de que a reunião dos prefeitos com o governador, na próxima quinta-feira, seja instalada a Região Metropolitana. Ele disse não ser candidato ao cargo de coordenador do Conselho Metropolitano da Grande Vitória, instância decisória da Região, e defendeu que a função seja ocupada por um outro município.

Ele reiterou sua proposta de que a contribuição financeira dos municípios, nos projetos priorizados pela Região, ocorra de maneira proporcional à receita de cada um no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). E destacou como importante não se abrir muitas frentes de trabalho para que recursos financeiros e humanos não sejam desperdiça-

dos nesta fase dos trabalhos. A solidariedade, para ele, deve ser a marca da Região Metropolitana.

Vasco Alves destacou como urgente a necessidade de se fazer uma agenda com os temas priorizados pela Região. Disse que há falta de vontade política de "alguns setores", lembrando que num encontro anterior com o governador apenas ele e Nonô Lube compareceram. Ele acredita que ainda este ano a população sentirá os primeiros impactos das ações da Região Metropolitana.

Sobre as mudanças na lei que criou a Região, propostas por Vitor, Vasco e Motta concordam com o governador. "Temos que ter o governador como o maior parceiro. Há áreas, como a da segurança pública, em que os municípios não têm competência legal para atuar, mas só o Estado", observou Vasco. Hartung acha que as dificuldades da lei, vistas pelo governador, não devem impedir a instalação da Região Metropolitana. "Louvo o documento do Instituto Jones dos Santos Neves, mas é uma contribuição que precisa ser analisada pelos outros e pelo Conselho Metropolitano".

Moradores lamentam ações lentas

O coordenador da Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), Paulo Mattedi, mostrou-se preocupado e insatisfeito com a lentidão das ações de melhoria da qualidade de vida da população da Grande Vitória que a criação da Região Metropolitana tornou possível. "Acho que não vai acontecer nada este ano".

Mattedi entende que os prefeitos, às portas do ano eleitoral, estão querendo ganhar tempo para voltar com o tema na mídia só em 96. "A execução da Região depende dos prefeitos que estão amarrando o processo. Ao invés de todos cedermos, eles querem ganhar. Os interesses políticos ficam acima dos problemas da população mais uma vez", desabafou o coordenador.

Setor imobiliário

O presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), José Pedro Zamborlini, e o consultor imobiliário, José Luiz Kfuri, têm uma expectativa positiva sobre os impactos que a Região Metropolitana poderá acarretar na prática para o setor. Para Kfuri, ela vai mudar o perfil do mercado imobiliário, hoje concentrado em alguns bairros de Vitória e nas Praias da Costa e de Itaparica, em Vila Velha.

Zamborlini e Kfuri entendem que a criação da Região facilitará a integração do transporte coletivo e, a partir daí, surgirão novos mercados, com a extensão da concentração habitacional para outras áreas. "As distâncias serão encurtadas com um serviço de transporte eficiente", pensa Kfuri.

Ambos interpretam que a Serra desponta como um grande potencial imobiliário, desde que ocorram investimentos em infra-estrutura no município. A topografia dos terrenos, o preço mais baixo da terra e a melhor estrutura viável da Grande Vitória credenciam a Serra como uma opção de endereço da classe média no futuro. Kfuri acredita que daqui a três anos, no máximo, poderá se tornar realidade. Cariacica, para ele, será um espaço de construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. Viana sofrerá impactos mais lentos, mais a longo prazo.

O presidente da Associação Comercial de Vitória, Geraldo Barcelos, também aposta nos impactos que a Região Metropolitana trará para os cinco municípios. As melhorias na área de transporte coletivo permitirão o crescimento da atividade de maneira equilibrada, desafogando o trânsito em Vitória. Ele defende que ocorra uma uniformidade dos valores das taxas de ISS, cobradas pelas prefeituras. Atualmente, segundo Geraldo, os novos investimentos no seu setor têm migrado para Cariacica

e Viana, onde as taxas são mais atraentes do que as da Capital. A Federação das Indústrias e o Sindicato das Empresas de Construção Civil não se manifestaram sobre o assunto.

O diretor-superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Fernando Lima Sanchotene, acredita que os resultados concretos da Região Metropolitana na vida da população não deverão ocorrer a curto prazo, mas dentro do período de dois anos. "Tudo vai depender da vontade política de se fazer", frisou. Porém, ele acredita que os atuais prefeitos sentirão pressionados a adotar ações concretas que melhorem a vida das pessoas, tendo em vista o fato de eles terem sido os fundadores da Região.

Sanchotene acha arriscado pensar que a criação da Região Metropolitana vá resolver todos os problemas. "As coisas são complicadas. Os prefeitos não querem mexer na parte tributária. Existem disparidades de recursos entre os municípios", observou. O IJSN já foi convocado duas vezes pelo governador e informou estar "aquecendo a máquina" para auxiliar os poderes públicos, quando as prioridades forem definidas.

Principais vantagens

■ Permite a união dos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana ao Governo do Estado para solucionar os problemas comuns, como transporte coletivo, crianças de rua, ampliação dos cemitérios, aterro sanitário, segurança pública, uso e ocupação do solo, além das questões ambientais

e das áreas da saúde e da educação.

■ Garante a integração do planejamento e das ações do poder público.

■ Destaca a Grande Vitória como metrópole em âmbito nacional, favorecendo a obtenção de financiamentos externos.

■ Evita o paralelismo de ações entre

o Governo do Estado e prefeituras, assim como o desperdício decorrente da adoção de medidas isoladas.

■ Propicia a solução dos problemas comuns com menos burocracia e de maneira mais eficiente.

■ Permite a participação da sociedade civil.

Os números da Grande Vitória

Municípios	População	Área (Km ²)	ICMS	Cresc. em 91
Vitória.....	262.742	88,7	21,185%	2.0
Serra.....	233.887	549,2	14,364%	9.3
Vila Velha.....	270.761	217,5	5,804%	2.4
Cariacica.....	282.060	279,3	4,551%	3.4
Viana.....	45.171	304,4	1,490%	5.8
Total.....	1.094.621	13.592,7		

Fontes: IBGE e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa)